

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (ou a "Companhia"), com sede na cidade Barcarena, Pará, foi constituída em junho de 1978, tendo por objetivo principal a industrialização de alumina, matéria-prima na produção de alumínio. A Companhia entrou em operação em 1995, com a capacidade de produção de 1.100 mil toneladas de alumina por ano. Em 1999, devido às melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida, passando para 1.500 mil toneladas/ano. Em abril de 2003 a Companhia concluiu o Projeto de Expansão 1 de seu Parque Industrial, elevando a sua capacidade de produção para 2.325 mil toneladas/ano e durante o ano de 2004 a produção atingiu 2.549 mil toneladas/ano. No 1º trimestre de 2006 entraram em operação as linhas 4 e 5 do Projeto de Expansão 2, tendo atingido a plena capacidade de produção, elevando para 4.4 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. No 4º trimestre de 2008 entraram em produção as linhas 6 e 7 do Projeto de Expansão 3, tendo atingido a plena capacidade de produção, por meio do processo químico Bayer, elevando para 6,3 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. A Alunorte utiliza uma avançada tecnologia de filtragem, que reduz a umidade do resíduo de bauxita, o que torna o depósito seguro pois o material depositado é mais seco sendo empilhado e depois compactado. A água da chuva que cai nesses depósitos de resíduos sólidos é drenada para as bordas, e de lá passa por um sistema de drenagem para bacias de contenção. Esta água, que esteve em contato com o resíduo de bauxita, é então processada na estação de tratamento de efluentes da Alunorte, onde é tratada antes de serem lançadas no rio Pará. Em fevereiro de 2018, após um período de chuvas extremas, as autoridades determinaram a redução da produção da Alunorte em 50% de sua capacidade e no embargo do Depósito de Resíduos Sólidos 2 (DRS-2), enquanto analisavam se as inundações poderiam ter resultado em transbordamentos ou vazamentos dos depósitos de resíduos sólidos da Alunorte. Mais de 90 investigações e inspeções foram realizadas por autoridades competentes e confirmaram que não houve vazamentos ou transbordamento dos depósitos de resíduos de bauxita da Alunorte. Em 25 de outubro de 2018, o IBAMA levantou o embargo anteriormente imposto para o DRS-2. Em 15 de janeiro de 2019 A SEMAS emitiu um parecer técnico confirmando que a Alunorte poderia operar com segurança em sua capacidade instalada no que diz respeito ao tratamento de efluentes e o embargo do tribunal federal sobre o uso de DRS-2. O embargo da produção foi retirado em maio de 2019 e em junho foi iniciada a retomada da produção de forma gradativa. Em setembro de 2019 foi suspenso o embargo do DRS-2 passando a Companhia ao retorno da utilização do mesmo. Em 2019 a Companhia produziu cerca de 4,5 milhões de toneladas (3,6 milhões em 2018), comercializando cerca de 3,92 milhões de toneladas no mercado externo (3,02 milhões em 2018) e 643 mil toneladas no mercado interno (582 mil em 2018), totalizando 4,56 milhões de toneladas. A Companhia possui como meta para 2020 o atingimento de quase totalidade de sua capacidade produtiva de forma a atingir os mesmos patamares produtivos que antecederam o *curtailment* em 2018. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, parte substancial das operações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas.

2. Base de preparação e apresentação: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2020, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anual emitido pela Companhia no qual o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi aplicado. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 4. A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Conversão da moeda estrangeira: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 5.

3. Sumário das principais práticas contábeis: **3.1. Instrumentos financeiros:** **3.1.1. Ativos financeiros:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento do ativo financeiro é quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, com exceção o contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado e valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável (Impairment).** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No modelo de negócios adotado pela Companhia, nosso risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas são direcionadas para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais históricos em nossos recebíveis. Para as vendas para terceiros, é realizada a

análise de crédito onde se determina a capacidade máxima de vendas. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de *rating*. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não identificou perdas significativas relacionadas a ativos financeiros.

3.1.2. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.2. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.3. Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Terrenos, edificações e instalações fabris	9 a 41
Equipamentos de transportes	5 a 10
Maquinas, equipamentos e mat. permanente	3 a 41
Equipamentos e informáticas	5 a 10
Maquinas equipamentos arrendados	1 a 20
Encargos capitalizados	17 a 25
Restauração dos depósitos de resíduos ("ARO")	12 a 42

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "outras receitas (despesas) operacionais".

3.4. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o teste de *impairment* foi efetuado e não houve a identificação de perdas a serem reconhecidas.

3.5. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia, ao final de cada exercício, revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento dos Depósitos de Resíduos Sólidos 1 e 2 (DRS-1 e DRS-2). Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de circulante e não circulante a serem desembolsados, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada, no momento de encerramento do ativo. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, caso a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo não circulante sendo a contrapartida no item do ativo imobilizado a que se refere. O passivo não circulante é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada (SELIC), e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferi-

continua